

Governo examina regras para o processo por exportação

por Guilherme Barros
do Rio

O governo está examinando a regulamentação do processo de conversão da dívida externa em exportações para setores com capacidade ociosa ou que estejam atravessando momentos de dificuldade.

Ao dar essa informação, na sexta-feira, durante encontro no Rio com quatrocentos empresários para debater o mecanismo de conversão da dívida em exportação, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, destacou, entre os setores que podem ser favorecidos com esse mecanismo, o de bens de capital sob encomenda, a indústria naval e a construção civil.

Nóbrega manifestou total apoio à implementação do mecanismo de conversão de dívida para exportações. "Acho que é uma realidade que o governo não deve desconhecer", afirmou.

Ele utiliza como respaldo para essa sua consta-

tação o fato de haver mais de US\$ 9 bilhões em propostas para conversão em exportação no Banco Central (BC), embora antecipe que a maioria desses projetos não deve ser aprovada pelas regras a serem instituídas pelo governo para sua regulamentação.

Apesar de seu apoio, o ministro da Fazenda preferiu não determinar um prazo para a instituição da conversão para as exportações e acentuou que o governo deve precaver-se de algumas cautelas para evitar que a adoção desse mecanismo "seja inflacionário e represente mais um instrumento potencial de corrupção dentro do governo".

Uma das principais preocupações de Nóbrega se refere à possibilidade de um produto ser exportado para um país importador tradicional através de uma triangulação envolvendo outro país não tradicional. Caso isso ocorresse, o ministro da Fazenda defendeu a necessidade de haver

o máximo de imparcialidade no processo de decisão sobre quais exportações poderão ser realizadas através da conversão da dívida. Uma das regras a serem impostas é de que essas decisões ficariam a cargo de diversos órgãos, como a Cacex e o BC.

O ministro também deixou claro à platéia presente ao debate que esse é um mecanismo adicional para o País aproveitar o deságio sobre a dívida, praticado hoje no mercado secundário internacional, mas enfatizou que esse instrumento não deve ser utilizado de forma generalizada e nem com o objetivo de viabilizar as exportações a qualquer preço.

Acrescentou, ainda, que a conversão sobre as exportações também não pode servir de base para a política de comércio exterior, "uma vez que esse desconto tende a desaparecer na medida em que forem encontradas soluções para a dívida externa".

No seu pronunciamento,

o ministro da Fazenda fez um apanhado dos caminhos que o País vem adotando nos últimos anos para a negociação da sua dívida externa. Ele disse que todas as experiências tentadas até agora mostraram equívocos. Sem poupar nem mesmo o seu antecessor, o ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, Nóbrega disse que após o fracasso da fórmula defendida pelos países industrializados e pelo FMI, os países devedores, entre eles o Brasil, optaram "por propostas irrealistas de confrontação e com uma retórica nacionalista como a moratória e a securitização, que propunha a troca de uma dívida ruim por uma boa".

Para Nóbrega, hoje as soluções para o problema da dívida estão sendo encontradas pelo próprio mercado sem interferência do poder público em níveis nacional e internacional e através de mecanismos como o aproveitamento do deságil da dívida.